

O retorno da psicopolítica



Por **ELI ZARETKSY***

Como que demonstrando que o reprimido retorna, a política irrompeu no mundo supostamente apolítico da psicanálise americana

Como que demonstrando que o reprimido retorna, a política irrompeu no mundo supostamente apolítico da psicanálise americana. Um grupo de defesa, *Black Psychoanalysts Speak* e um documentário, *Psychoanalysis in El Barrio*, procuram corrigir os preconceitos raciais e de classe dessa disciplina, a análise. *Unbehagen*, um serviço de psicanalítico popular, está envolvido num debate agitado sobre se é necessário combinar o gênero, a raça, a etnia e a orientação sexual do analista com os do paciente.

A própria Associação Psicanalítica Americana (APsaA) foi abalada por recriminações políticas, expurgos, demissões e denúncias. Um artigo de Donald Moss, publicado no jornal da associação, forneceu o catalisador para isso ocorresse. De acordo com seu resumo: “A branquitude é uma condição que primeiro se adquire e, depois que se tem, torna-se uma condição maligna, semelhante a um parasitismo; ora, as pessoas “brancas” têm uma suscetibilidade particular para se contagiar. A condição é fundamental, gerando modos característicos de estar no corpo, na mente e no mundo. A brancura parasita torna os apetites de seus hospedeiros vorazes, insaciáveis e perversos”.

A reação ao artigo variou bastante. Alguns o viram como uma extensão valiosa da teoria psicanalítica, enquanto outros acreditaram que negligenciava fatores determinantes vitais da racialização, como a desindustrialização, a discriminação sindical e as desigualdades do mercado imobiliário.

Em resposta à controvérsia, foi nomeado um órgão interno, a Comissão Holmes, para “investigar o racismo sistêmico e os seus determinantes subjacentes incorporados à APsaA, assim como para oferecer soluções para todos os aspectos do racismo identificado”. Entre as repercussões, um debate sobre o antissemitismo foi precipitado por um convite a um controverso terapeuta libanês para que falasse aos membros da Associação, que levou à demissão do seu presidente Kerry Sulkowicz.

Estes acontecimentos são dignos de nota por si só, mas também levantam questões mais amplas sobre a relação entre a psicanálise e a política. Em que consiste essa surpreendente politização da psicanálise contemporânea e é até que ponto ela se conforma ao identitarismo liberal, por vezes denominado “wokeness” (despertar). Prevalente na cultura mais ampla, essa corrente que vê erros sistemáticos, tal como o racismo, como se fossem emanados das psiques individuais. A imputação é semelhante ao modelo do pecado. Ora, essa tendência é um triste desvio para uma corrente de pensamento que proporcionou uma alternativa genuína ao moralismo.

No entanto, os riscos são maiores do que a psicanálise em si. Dizem respeito às perspectivas para uma esquerda do século XXI que possa abranger uma concepção não reducionista das relações entre o mundo social e a psicologia individual. Os últimos anos testemunharam também um certo ressurgimento do pensamento psicanalítico na esquerda americana.

a terra é redonda

Sam Adler-Bell, co-apresentador do podcast *Know Your Enemy*, atribui isso à derrota de Bernie Sanders. “Há uma viragem para dentro”, especula: “talvez esta análise puramente materialista das motivações das pessoas não nos dê o que precisamos para encontrar o sentido deste momento”. Uma nova revista, *Parapraxis*, descreve-se como um “suplemento de orientação psicanalítica à crítica radical e ao materialismo histórico”, prometendo descobrir “a dimensão psicossocial das nossas vidas”.

Para pensar sobre essa questão, precisamos considerar as histórias entrelaçadas do socialismo, do feminismo e da psicanálise. A contribuição central do socialismo consistiu na ideia de que a democracia e a liberdade individual não poderiam ser alcançadas sem combater o capitalismo de modo significativo. Ao desenraizar o campesinato e reunir os trabalhadores nas cidades, a industrialização criou as bases para um movimento revolucionário. Menos frequentemente se observa que esse mesmo processo transformou a família.

Anteriormente, a família tinha sido o principal local de produção e reprodução da sociedade. Portanto, era aí que o sentido de identidade do indivíduo estava enraizado, ou seja, no lugar tanto de trabalho como de família. O capitalismo industrial separou o trabalho remunerado do trabalho doméstico. As consequências foram duplas.

Em primeiro lugar, a separação ajudou a dar origem a uma nova ordem de gênero entre a burguesia emergente, baseada no culto da verdadeira feminilidade. Ou seja, o sofrimento das mulheres as dotava de autoridade moral. Em segundo lugar, a separação contribuiu para afrouxar os laços que ligavam os indivíduos de ambos os sexos ao seu lugar na família, dando origem à ideia de uma vida pessoal – uma identidade distinta do seu lugar na família, na sociedade e na divisão social de trabalho.

Compreender que a sociedade capitalista moderna se baseia não apenas na ascensão da indústria, mas também na retirada da produção da família, ajuda a esclarecer as contribuições e os pontos cegos destas três correntes emancipatórias. Os socialistas tendiam a reduzir a cultura e a psicologia à economia. Centrados na economia política, deixaram a vida familiar e pessoal para a psicanálise e o feminismo. A psicanálise e o feminismo, por sua vez, centraram-se na família, negligenciando a sua relação com a economia capitalista. Nos anos 1960, uma visão predominante na esquerda era a de que a psicanálise era apolítica ou “individualista”.

Mas, na verdade, ela era política de uma forma diferente, pois se centrava não no capital versus trabalho, mas sim na liberdade do indivíduo em relação a formas internalizadas de autoridade, incluindo aquelas visadas pelas revoluções democráticas, como a tradição, as relações senhor/servo e a igreja, todas as quais Freud amarrou vagamente como lei paterna.

Com o tempo, especialmente na década de 1960, aqueles que foram influenciados pela psicanálise voltaram a sua atenção para outras formas de autoridade internalizada, particularmente o racismo e o sexismo, bem como para formas de vergonha e culpa específicas do capitalismo, deferência ao suposto conhecimento científico, à *doxa* e, claro, deferência à própria psicanálise.

Em geral, a psicanálise não confrontou diretamente as instituições, mas sim atuou indiretamente, por meio dos seus efeitos sobre os indivíduos. Refletiu assim a nova experiência de vida pessoal, pressuposta por Freud na teoria do inconsciente. Segundo essa teoria, as ideias ou estímulos que chegavam ao indivíduo vindos da sociedade ou da cultura não eram registrados diretamente, mas eram dissolvidos e reconstituídos internamente de modo a lhes conferir significados pessoais, até mesmo peculiares.

Como resultado, a vida interior dos homens e mulheres modernos foi organizada através de símbolos e narrativas que se tornaram pessoais ou mesmo idiossincráticas; a vida psíquica poderia ser interpretada, mas não reintegrada num todo previamente existente. Nesta visão, a raça, o gênero ou a nacionalidade de uma pessoa não se traduz simplesmente no seu mundo intrapsíquico, mas é refratada através das contingências da sua vida pessoal. Isto significou que a política entrou no consultório em termos do seu significado para o paciente individual – e não ao serviço de um programa político. Longe de

ser definida por quaisquer ideias políticas, a prática psicanalítica era aberta, não utilitária e imprevisível.

Durante várias décadas, a contribuição potencial da psicanálise para a política radical não foi amplamente apreciada. Uma razão é que a psicanálise não foi orientada para um grupo sociológico identificável, como a classe trabalhadora, mas sim para novas possibilidades historicamente específicas de emancipação pessoal, as quais o capitalismo prometeu, mas não conseguiu cumprir. Os limites da política psicanalítica também refletiam o reducionismo psíquico ou cultural embutido na separação entre família e economia.

Essa separação deu origem a novas formas de pensar a história e a política centradas no papel da psicologia na compreensão tanto dos indivíduos como dos grupos ou das massas, mas estas tendiam a ser discutidas em si mesmas, e não como parte de uma teoria social mais ampla. Não é por acaso, portanto, que as rebeliões da década de 1960 – nas quais as mulheres e as questões da vida pessoal eram centrais – desempenharam um papel fundamental na redefinição da política da psicanálise.

Esta mudança começou com intelectuais negros que recorreram à psicanálise para elucidar os custos pessoais do racismo. O sociólogo Horace Cayton, ao descrever a sua própria psicanálise, escreveu que embora tivesse começado com a ideia de que a raça era um “pedaço da coisa”, uma racionalização para a inadequação pessoal, acabou por compreender que a raça “corria para o âmago da minha personalidade”, “havendo formado o foco central da minha insegurança”. ‘Devo ter ficado bêbado com o leite da minha mãe’, acrescentou.

Richard Wright, profundamente moldado pela psicanálise, afirmou: “o que foi considerado pela nossa força emocional foram as nossas confusões negativas, as nossas fugas, os nossos medos, o nosso frenesim sob pressão”. Fanon, um psiquiatra freudiano, escreveu: “Fui agredido por tambores, canibalismo, deficiência intelectual, fetichismo, defeitos raciais... Afastei-me da minha própria presença... O que mais poderia ser para mim senão uma amputação, uma excisão, uma hemorragia que respingou em todo o meu corpo com sangue negro? Eu me caso com a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca”.

Tais trabalhos nunca tiveram a intenção de substituir as análises da segregação e do sistema de plantação, mas sim de complementá-las, aprofundá-las e complicá-las. O resultado foi o freudo-marxismo, corrente de pensamento na qual a psicologia individual e a teoria social receberam cada uma o seu lugar. Outros esforços para atingir esse equilíbrio incluíram a reinterpretação da reformação (Erik Erickson, Norman O. Brown, Erich Fromm) e os trabalhos sobre a sociedade e a cultura de massas (Wilhelm Reich, Theodor Adorno, Christopher Lasch, Richard Hofstadter, Herbert Marcuse).

Os esforços dos anos 1960 para produzir uma compreensão não reducionista das relações entre o social e o psíquico sofreram um curto-circuito. Embora o culto da verdadeira feminilidade estivesse morto há muito tempo, muitas mulheres permaneciam suspensas entre duas abordagens diferentes da família: por uma primeira, poque a família e as relações pessoais em geral eram o domínio especial – e moral – das mulheres; por uma segunda razão porque a emancipação sexual e pessoal exigia liberdade da família. O resultado foi uma profunda ambivalência em relação à psicanálise, que teve pelo menos tantas consequências na formação de atitudes quanto o sexismo muito real dos psicanalistas americanos.

O que venceu foi a expressão franca das feministas sobre a extensão do sofrimento das mulheres e o profundo sentimento da injustiça de uma sociedade dominada pelos homens. O resultado foi que a ambivalência foi resolvida negativamente. Esta resolução informou dois livros que, em 1970, anunciaram o nascimento da segunda onda do feminismo: *Sexual Politics*, de Kate Millett, e *Dialectics of Sex*, de Shulamith Firestone.

Para Millett, Freud era o líder de uma contrarrevolução contra o feminismo, travada sob a bandeira da inveja do pênis. Firestone redefiniu a inveja do pênis como inveja do poder e substituiu a ideia de Marx e Engels de uma dialética de classe por uma dialética de sexo, segundo a qual o domínio dos homens sobre as mulheres e as crianças foi a força motriz da história. Ambos os livros procuraram substituir a psicanálise pelo feminismo. Gayle Rubin chamou a psicanálise de

“feminism manqué”.

Psychoanalysis and feminism (1974), de Juliet Mitchell, marcou uma nova virada no encontro entre feminismo e psicanálise. Juliet Mitchell era uma socialista - e editor da NLR - influenciada por Fanon e pela psicanálise existencial de David Cooper e Richard D. Laing. A questão que a preocupava era como as mulheres vivem nas suas “cabeças e corações uma autodefinição que é, no fundo, uma definição de opressão”.

Em 2017, ela lembrou: o meu fascínio pela posição raivosa anti-Freud das primeiras feministas americanas, na segunda metade da década de 1960, fez-me ir à biblioteca do Museu Britânico para ler os cinco artigos de Freud sobre as mulheres. Em vez disso, li sem parar os vinte e três volumes de sua obra traduzida para o inglês. O livro *Psychoanalysis and feminism* foi o resultado. Eu tinha encontrado o que queria - de alguma forma era possível pensar sobre a questão da opressão das mulheres.

Seu livro criticou o feminismo da segunda onda por ter se “livrado da vida mental”. Para eles, ela lamentou: “Em tudo o que realmente acontece... não prevalece outro tipo de realidade além da realidade social”.

No final dos anos setenta e oitenta, algumas feministas, gays e, em menor medida, pessoas de cor tornaram-se analistas, terapeutas ou assistentes sociais psiquiátricos. Contudo, em sua maior parte, eles não se juntaram a Mitchell no retorno a Freud. Em vez disso, transformaram a psicanálise no chamado paradigma relacional, que se concentrava não no inconsciente individual, mas nas relações interpessoais. Com base no famoso *aperçu* de Winnicott, “não existe bebê” - ou seja, a mãe está sempre presente - a psicanálise relacional tornou-se uma formação de compromisso, combinando um paradigma centrado na mãe, introspecção prática e um novo código de comportamento.

As feministas que adotaram a psicanálise substituíram “sexo” por “gênero”, descartando assim a teoria psicanalítica da motivação, sem colocar outra em seu lugar. A teoria das relações objetais inconscientes de Melanie Klein, em grande parte, se não totalmente, consistente com Freud, foi deturpada como interpessoal ou relacional. Nancy Chodorow e Jessica Benjamin priorizaram a diferença de gênero e idealizaram a sintonia e outras habilidades interpessoais associadas às mulheres. Para outros, o inconsciente desapareceu numa fenomenologia de relações íntimas, como flertar, beijar, fazer cócegas e ficar entediado, ou numa microsociologia de insultos e injúrias.

A virada relacional substituiu o inconsciente por uma teoria ética das relações interpessoais. Isso contribuiu para o que hoje é conhecido como “*wokeness*” (despertar). O que sobrevive na ausência de uma teoria do inconsciente é a projeção. Todo o mal e tudo o que está errado são vistos como vindos de fora. A teoria da inveja do pênis era desagradável, dolorosa e até errada, mas a sua própria estrutura incluía um esforço para elucidar porque as mulheres mobilizaram a sua agressão contra si mesmas.

Quando os indivíduos carecem até mesmo do conceito de vida intrapsíquica, e muito menos de acesso a ela, eles projetarão para fora sua agressão e outros sentimentos “ruins”, gerando a necessidade de alertas, julgamentos morais afixados ao lado dos quadros e das pinturas. Os reitores e diretores desempenham o papel de papel dos policiais, conformando uma definição da universidade - e da Nova Esquerda - como lugar da cultura do estupro.

Esta ideia de que a agressão vem de fora funciona muito bem com o paradigma liberal e de mercado, que se baseia num modelo de equilíbrio e que nega existir uma agressividade inerente ao sistema de mercado e que, em consequência, quaisquer problemas devem ser externos - devem ter vindo do Estado, dos monopólios ou até mesmo da China. A negação da agressão conduz ao moralismo, baseado na ideia - que decorre do culto da verdadeira feminilidade - de que a vitimização confere autoridade moral. Aqui, a estrutura intrinsecamente dúbia do capitalismo mostra-se no domínio da moralidade.

A exigência de reconhecimento pode ser lida como a contrapartida política da viragem relacional. A reação esmagadoramente negativa das feministas à *Cultura do narcisismo* (1979), de Christopher Lasch, sinalizou o triunfo de

a terra é redonda

uma recém-criada “teoria do reconhecimento” hegeliana sobre a autorreflexão freudiana. Nesse livro, Christopher Lasch via a exigência de reconhecimento como um sintoma de uma sociedade baseada na atenção, na qual prevaleciam processos de espelhamento e idealização.

No entanto, para as suas críticas feministas, ele era um defensor de um ideal de autonomia ultrapassado, assim como “masculinista” – e apenas isso. Entretanto, respondendo não ao feminismo, mas ao trauma alemão dos anos nazistas, Jürgen Habermas rejeitou as tentativas de Adorno e Horkheimer de combinar Freud e Marx a favor de um paradigma baseado na intersubjetividade, no diálogo democrático e na ação comunicativa, enraizado no pragmatismo e na psicologia social americanos. Estas correntes foram relacionadas ao feminismo por Axel Honneth, que argumentou que a exigência de reconhecimento, no sentido hegeliano de *Anerkennung*, é a chave mestra da justiça. O resultado foi uma nova noção de “teoria crítica”, que substituiu o freudo-marxismo: Winnicott substituiu Freud e Talcott Parsons substituiu Marx.

Voltemos agora às nossas raízes do século XIX, quando a retirada da produção da família criou a exigência moderna de liberdade pessoal, entendida como algo além da economia. Certamente Marx, que leu tudo e abraçou o trabalho de pensadores não-socialistas como Charles Darwin e Lewis Henry Morgan, bem como monarquistas como Honoré de Balzac, teria ficado fascinado por Freud, Fanon e Mitchell, entre outros.

À medida que aprendemos com o pós-colonialismo sobre a nação, precisamos pensar na família em termos de desenvolvimento combinado e desigual. Ao introduzir nessa instituição os elementos mais atrasados da sociedade, assim como as possibilidades mais visionárias, a política da família torna-se combustível.

A separação forçada entre formas de emancipação pessoal, como a libertação das mulheres, o antirracismo e as políticas de identidade, por um lado, e o socialismo, por outro, ocorreu na década de 1960, quando as três correntes emancipatórias – socialismo, feminismo e psicanálise – estavam mais próximas de terem se unido.

A alternativa ao estado de alerta, finalmente, não é a separação abstrata e liberal entre o individual e o político, mas sim a interdependência entre o individual e o coletivo. Todos os seres humanos têm necessidades materiais e sociais básicas que só podem ser satisfeitas coletivamente. Isto é o que os socialistas entenderam historicamente. Mas as necessidades individuais não podem ser reduzidas ao coletivo; elas também estão na psique, nos problemas psicológicos pessoais. Daí a lógica entretida na ideia de que a psicanálise deve ser algo complementar ao socialismo.

Uma psicanálise revitalizada, galvanizada pela redescoberta do carácter pessoal do inconsciente, aprofundaria enormemente as nossas explorações da liberdade humana – na psicoterapia, nas artes e no discurso público. Ela seria uma aliada natural de uma política socialista revitalizada. Entretanto, há sempre lugar para a reforma moral, mesmo sob o socialismo – mas não dentro da psicanálise.

**Eli Zaretsky é professor de história na The New School for Social Research. Autor, entre outros livros, de Secrets of the Soul: A Social and Cultural History of Psychoanalysis (Vintage).*

Tradução: **Eleutério F. S. Prado.**

Publicado originalmente no [blog Sidecar](#) da *New Left Review*.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

CONTRIBUA